

Luiz Costa Lima, que foi o seu primeiro secretário, na fase que foi encerrada com o golpe civil-militar de 1964, quando deixou de circular por dois anos e quando todos os seus colaboradores tiveram que responder a um inquérito por acusação de atividades subversivas, sendo cassados de suas atividades acadêmicas e tendo suas vidas completamente transformadas. Tudo isto estará sendo contado em detalhe no número comemorativo já em elaboração.

Ainda para este ano teremos mais dois números, um sobre desafios do urbano e outro sobre os grandes investimentos econômicos que estão programados ou sendo implantados em Pernambuco.

Um grande agradecimento a todos os que participaram da organização deste número, aos autores e autoras dos artigos, as organizadoras e ao organizador deste número, Rosineide Meira Cordeiro, Parry Scott e Fernanda Sardelich Nascimento Gomes, ao pessoal do Birô de Design, da UFPE, ao apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE e à Editora Universitária da mesma universidade.

E não é possível deixar de mencionar a dedicação exemplar de Djanyse Barros Mendonça Villarroel e de Thallita Gondim Costa dos Santos.

Boa leitura e vamos continuar.
Denis Antônio de Mendonça Bernardes*

*NOTA DA COMISSÃO EDITORIAL A elaboração deste volume da Revista Estudos Universitários se fez sob a cuidadosa direção do editor acadêmico em exercício até agosto de 2012: professor Denis Bernardes.

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Nos últimos anos, o FAGES (Família, Gênero e Sexualidade – UFPE) tem investido na organização de coletâneas sobre mulheres, gênero e estudos rurais com o objetivo de fomentar a reflexão teórica e os laços entre pesquisadores(as) de diferentes regiões do Brasil. Procuramos preservar nessas produções a pluralidade de temas, posições teóricas e metodológicas, de modo a suscitar conversas, encontros e ações conjuntas entre as diferentes gerações de pesquisadores(as) que participam desses trabalhos.

Ao aceitarmos o convite do Comitê Editorial da *Revista Estudos Universitários* para a organização de um número sobre gênero, decidimos convidar diversos autores de locais e instituições diferentes, dando destaque a palestrantes do I Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia para fazer parte dessa coletânea

Os artigos complexificam o olhar sobre o rural e sobre as desigualdades de gênero a partir de diferentes lugares: assentamentos, sítios, desastres naturais, movimentos de mulheres rurais, migração, movimentos mistos, família e políticas públicas. Os trabalhos destacam, conforme Elizabeth Souza Lobo (1991, p. 81), “de um lado, a historicidade das

relações de gênero na sociedade e as modificações por que passam, ao mesmo tempo em que tecem os fios das relações de poder". Em quase todos os artigos é possível perceber que as autoras dialogam com as ideias feministas, seja visibilizando a vida, a experiência e o trabalho das mulheres, seja tecendo críticas às hierarquias de gênero, seja mostrando as tensões e os avanços dos movimentos de mulheres rurais.

Os trabalhos estão organizados em quatro eixos temáticos que foram aglutinados em função da afinidade dos temas abordados sobre as mulheres rurais: *pluralidade de vida, propriedade e trabalho; as lutas pela igualdade de gênero; cidadania e políticas públicas; e, por último, pesquisa e ação com mulheres rurais.*

O primeiro eixo, *Pluralidade de vida, propriedade e trabalho*, traz dois artigos, que, em seu conjunto, assinalam a diversidade de modos de vida, de acesso e propriedade de terra, de condições de trabalho e de posições identitárias assumidas pelas mulheres. Ellen F. Woortmann mostra os padrões de transmissão da terra entre os colonos alemães do Sul do Brasil no período de 1824-1980. A autora discute as mudanças que são produzidas nas ordens sociais tradicionais quando as comunidades camponesas são expostas aos valores modernos e são integradas ao marco legal do Estado-Nação. Ao tratar da vida e do trabalho das mulheres sitiantes, o artigo de Maria Aparecida de Moraes Silva, Beatriz Medeiros de Melo e Lara Abrão de Moraes enfoca as mulheres sitiantes de dois municípios do estado de São Paulo – Santo Antônio da Alegria e Jales.

As autoras destacam o trabalho feminino nos sítios e a importância das mulheres para a construção histórica de laços identitários no mundo paulista e para a preservação do patrimônio material e imaterial.

No segundo eixo sobre *As lutas pela igualdade de gênero*, Henrique Carmona Duval e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante focam a relação entre produção e reprodução, analisando os impactos de associações de mulheres em assentamentos no cotidiano e nas políticas públicas na região Central do estado de São Paulo. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo examina as matérias do Jornal Sem Terra, evidenciando em sua análise as lutas, as tensões e as diferentes estratégias das mulheres no interior do Movimento Sem Terra para a construção de identidades políticas e profissionais. O trabalho de Allene Lage apresenta um apanhado internacional de como as mulheres rurais foram subordinadas historicamente de formas variadas em projetos de desenvolvimento.

O terceiro eixo reúne dois artigos sobre mulheres rurais, *cidadania e políticas públicas*. As autoras problematizam o alcance e os limites das políticas públicas para as mulheres. Rosângela Pereira Saldanha discute conceito, modelos e limites das políticas de conciliação europeia entre a vida familiar e pessoal e a vida no trabalho. Mostra como este debate na Europa provoca questionamentos sobre o tratamento de grupos excluídos, que se tornam ainda mais evidentes quando se examina a América Latina. Delma Pessanha Neves discorre sobre os sentidos da relação entre cidadania e política pública, tomando como referência a agricultura ecológica e a inserção das mulheres nos sistemas agroecológicos.

O último eixo, *Pesquisa e ação com mulheres rurais*, lança um olhar sobre as experiências de pesquisadoras com movimentos de mulheres rurais em dois níveis geográficos diferentes: a região Nordeste do Brasil e a Zona da Mata Sul em Pernambuco. Ana Paula Portella e Carmen Silva tomam a pesquisa-ação como foco de análise a partir da pesquisa Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar, realizada pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, entre 1999 e 2004. No artigo de Alexsandra Bezerra da Silva, Juliene Tenório de Albuquerque, Vanessa Natália dos Santos e Tatianne Amanda Bezerra os temas analisados ressaltam as consequências das enchentes para a vida das mulheres e para a atuação da Articulação de Mulheres da Mata Sul.

Na seção *Memória* incluímos três documentos. O primeiro é uma proposta intitulada "Para aumentar a participação das mulheres no movimento sindical rural", que foi apresentada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em 1985, por ocasião do 4º Congresso Nacional da Confederação dos Trabalhadores Agricultura – CONTAG. Até então só os homens eram sócios dos sindicatos de trabalhadores rurais, as mulheres apareciam como dependentes dos maridos. A proposta foi aprovada e serviu de instrumento para as mulheres se associarem aos sindicatos. Como, hierarquicamente, a CONTAG está no topo da estrutura sindical, as mulheres se sentiram legitimadas para pressionar os sindicatos e a própria federação para incluir as mulheres, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações.

O segundo documento é uma Instrução Normativa do INCRA que altera os procedimentos e instrumentos de inscrição e cadastro dos(as) candidatos(as) aos projetos de reforma agrária, de modo a garantir a inclusão das agricultoras. As mulheres rurais conquistaram na Consti-

tução de 1988 o direito ao título da terra independentemente do estado civil. Entretanto, esta conquista não foi suficiente para alterar as relações de propriedade da terra na área rural. Além disso, nos cadastros de reforma agrária e fichas do INCRA só havia lugar para incluir o nome dos homens; mulheres e filhos(as) apareciam sempre como dependentes. Fruto da pressão do movimento de mulheres, foi instituída a Portaria nº 981/2003 do INCRA, que estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta para o casal.

O terceiro documento apresenta as políticas da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco para as mulheres rurais. O texto apresenta um diagnóstico sobre as mulheres rurais em Pernambuco e elenca os principais programas desenvolvidos.

Para a seção *entrevista*, conversamos com Carmen Diana Deere, professora da Universidade da Flórida, economista e uma das principais estudiosas sobre o acesso das mulheres à terra na América Latina.

Por fim, queremos expressar nossos agradecimentos a Denis Bernardes, editor da *Estudos Universitários*, pelo convite para a organização deste dossiê. Também queremos agradecer às autoras e aos autores que aceitaram participar, mesmo sabendo que teriam pouco tempo para a entrega dos textos. Finalmente, agradecemos a Djanyse Mendonça pela atenção e gentileza em mostrar os caminhos da *Estudos Universitários*.

Recife, maio de 2012.

Rosineide Meira Cordeiro

Parry Scott

Fernanda Sardelich Nascimento Gomes

1 SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Recife: Editora da UFPE, 2006; CORDEIRO, Rosineide e SCOTT, Parry. Dossiê Mulheres em Áreas Rurais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. In: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.15, n.2, 2007; SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs.). Gênero e Geração em Contextos Rurais. Editora das Mulheres, 2010.

2 O I Simpósio Feminismo, Agroecologia e Ação Política ocorreu no período de 12 a 14/11/2010 em Recife. Promovido pelo FAGES, contou com o apoio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

3 SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1991.